



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal RUI FALCÃO

REQUERIMENTO Nº , DE 2019
(Do Sr. Rui Falcão)

Requer a criação de Subcomissão Especial, no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, destinada a propor a Política de Valorização do Salário Mínimo.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex.^a, nos termos do art. 29, inciso II, c/c o art. 32, inciso X, letras “g” e “h” do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja aprovada a criação de Subcomissão Especial destinada a propor a Política de Valorização do Salário Mínimo e definir critérios para o seu reajuste.

JUSTIFICATIVA

A valorização do salário mínimo ocorrida desde de 1995 e intensificada após 2003 ajudou a promover a distribuição da renda per capita que tendeu a aumentar nos níveis de renda médio-baixos e baixos com intensidade bem maior que nos níveis médio-altos e altos.

Estudo do IPEA (2013) realizado por meio de regressões estatísticas das principais causas das variações e distribuições da renda per capita domiciliar revela que o mercado de trabalho (geração de empregos e elevação da renda do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Federal RUI FALCÃO

trabalho) foi fator determinante para o crescimento da renda domiciliar per capita entre 1990 e 2012 (respondeu por 71% da elevação), seguido pelas transferências de renda da Previdência (contribuição de 23%) e pelas transferências de renda do programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (contribuição de 4%). No tocante à redução das desigualdades da renda do trabalho (coeficiente de Gini), o mercado de trabalho respondeu por 47% da queda, seguido pelas transferências de renda (constitucionais e Bolsa Família) (24%) e pela Previdência (15%) (Ver Tabela abaixo).

Decompondo contribuições líquidas ao crescimento da renda e à redução da desigualdade de renda (Gini)
Brasil – 1992-2012

| Fatores | Crescimento da Renda Domiciliar <i>Per Capita</i> | Redução do Índice de Gini |
|--|---|---------------------------|
| Mercado de Trabalho | 71% | 47% |
| Previdência | 23% | 15% |
| Transferências de Renda (constitucionais, como BPC, e Bolsa Família) | 4% | 24% |
| Outros | 2% | 13% |

Fonte: IPEA (2013), baseado em PNAD-IBGE.

A legislação que dá suporte ao reajuste do salário mínimo perde a vigência este ano, considerando que as diretrizes da Lei nº 13.152/2015 estão previstas para vigorar até 2019.

Portanto, faz-se necessário uma nova legislação que propicie a continuidade da política de valorização do salário mínimo, instrumento fundamental de inclusão social.

É nesse contexto que propomos a criação desta Subcomissão Especial no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, de caráter temporário, com o objetivo geral de atualizar a Política de Valorização do Salário Mínimo e dar subsídios para uma legislação que regule o seu reajuste.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal RUI FALCÃO

Em vista do exposto, solicitamos o apoio dos membros desta Comissão para a aprovação do presente Requerimento.

Sala das Sessões, em de março de 2019.

RUI FALCÃO
Deputado Federal PT/SP